

# Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe

Allana Meirelles Vieira\*  
Teresa Cristina da Costa Neves\*\*

## RESUMO:

---

Por meio da investigação de artigos e editoriais sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, publicados nos três principais jornais do país – *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* –, constata-se a permanência na mídia de uma visão amenizada e até mesmo distorcida do período, bem como a promoção de uma “memória manipulada” da ditadura. Servem de embasamento teórico ao estudo, os conceitos de memória e esquecimento recolhidos em obras de Paul Ricoeur, Henri Bergson, Andreas Huyssen e Jaime Ginzburg.

**Palavras-chave:** Memória. Esquecimento. Ditadura. Imprensa. Conservadorismo.

## Heranças do arbítrio

Nas eleições brasileiras de 2014 – ano em que o golpe civil-militar de 1964 completou 50 anos –, foi eleito o Congresso mais conservador desde a redemocratização, em 1985, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Enquanto o número de parlamentares religiosos, ruralistas, militares e de outros grupos considerados retrógrados aumentou, a bancada de políticos comprometidos com a defesa de trabalhadores e de movimentos sociais foi reduzida (QUEIROZ, 2014).

A campanha eleitoral foi marcada por polêmicas acerca de temas relacionados aos direitos humanos, com forte expressão de opiniões reacionárias por parte de políticos, inclusive de candidatos à Presidência da República, e de eleitores. A defesa da redução da maioria penal e os pronunciamentos preconceituosos sobre homossexualidade são exemplos dessa tendência. Após a reeleição da presidente Dilma Rousseff, atos públicos pediram seu impeachment e, mais do que isso, defenderam uma intervenção militar. Há, portanto, uma parcela não desprezível da população brasileira que se vê representada nos discursos e atos em defesa de propostas conservadoras e até mesmo autoritárias.

Para além dos resultados eleitorais, encontra-se, na grande mídia, a reverberação – e, ao mesmo tempo, a reprodução e legitimação – destas ideias em programas policiais sensacionalistas, posicionamentos de jornalistas e colunistas contrários aos direitos humanos, representações estereotipadas e preconceituosas da realidade. No dia 4 de fevereiro de 2014, por exemplo, a apresentadora do telejornal *SBT Brasil*, Rachel Sheherazade, defendeu a atitude de um grupo de “justiceiros” contra um garoto de 15 anos suspeito de cometer furtos na Zona Sul do Rio de Janeiro. O adolescente foi preso a um poste com uma trava de bicicleta, além de ser espancado e despido em público. Sheherazade considerou a atitude compreensível e sugeriu, ironicamente, que os “defensores dos direitos humanos” adotassem um bandido. Além dela, outros colunistas de tendência conservadora demonstraram apoio em relação à agressão cometida pelo grupo.

Com uma história marcada pela violência, desde a colonização, passando pela escravidão e pelos dois períodos de exceção – o do Estado Novo e o da ditadura civil-militar – o Brasil conserva uma realidade autoritária, que se deixa perceber, por exemplo, em estruturas oligárquicas presentes na política e na mídia, bem como na brutalidade

característica de ações empreendidas tanto por facções criminosas quanto por corporações policiais. A memória coletiva brasileira está repleta de traumas que se perpetuam e contribuem para um ambiente ainda ressentido, preconceituoso e violento.

Considerando-se este contexto, pretende-se, nas linhas a seguir, identificar vestígios dessas experiências traumáticas na formação e manutenção de uma memória coletiva brasileira, em especial a que se refere à ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, observando-se sua expressão em produtos midiáticos. Para isso, serão articulados conceitos de “memória”, colhidos em obras de Paul Ricoeur, Henri Bergson, Andreas Huyssen e Jaime Ginzburg. A interpretação dos textos será realizada por meio de uma análise qualitativa, perscrutando-se aspectos reveladores de uma visão atenuada ou mesmo positiva sobre o golpe civil-militar. Serão observadas as comparações promovidas pelos autores, as referências feitas à tomada do poder e ao período de exceção, as justificativas para o apoio à manobra político-institucional deflagrada pelas forças armadas e as menções ao comunismo, entre outros pontos relevantes. Os objetos de análise são dois artigos – publicados em *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, com autoria do general da reserva e ex-chefe do Estado Maior do Ministério da Defesa, Rômulo Bini Pereira – e três editoriais – um do *Estadão*, outro da *Folha* e um terceiro de *O globo*. Os textos foram publicados ao final de 2013 e início de 2014, no contexto dos 50 anos do golpe civil-militar.

A escolha dos editoriais como objeto de análise deve-se ao fato de ser este o espaço de expressão mais explícita do posicionamento político dos jornais. Já a seleção dos textos do general ampara-se no argumento de que a presença reiterada, na imprensa, de composições deste autor, detentor da mais alta patente do Exército, constitui significativa visibilidade e ênfase a uma voz representativa da instituição que esteve na linha de frente da ditadura. Em outras palavras, mesmo havendo outros columnistas expressando, nestes jornais, diferentes pontos de vista sobre o período ditatorial, optou-se por analisar os artigos assinados pelo general Rômulo Bini Pereira, de modo a flagrar o sentido simbólico do espaço a ele concedido na imprensa, justo no momento em que a agenda midiática destacava o marco de meio século do golpe. A proposta é observar, em particular, os aspectos mais evidentes da postura dos três principais jornais do país em relação à ditadura civil-militar. Ainda que o *corpus* seja insuficiente para autorizar conclusões generalizadas, perseguem-se indícios de uma tendência. Também o recorte reduzido impede a abrangência de muitas das nuances possíveis de serem exploradas, contudo espera-se contribuir em alguma medida para a ampliação do debate em torno das relações entre mídia e tradição cultural autoritária no Brasil.

## **Memória, esquecimento e narrativa**

Como narrativas jornalísticas contribuem na (re)produção da memória coletiva e de uma cultura autoritária? A busca por uma resposta a esta indagação sugere reflexões acerca das relações entre memória e esquecimento, bem como sobre a importância das narrativas midiáticas no compartilhamento de experiências histórico-culturais. Segundo o filósofo francês Paul Ricoeur:

Pode-se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva, não apenas no sentido analógico, mas nos termos de uma análise direta. A noção de objeto perdido encontra uma aplicação direta nas “perdas” que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substância de um Estado (RICOEUR, 2007, p. 92).

O autor propõe uma tipologia tríplice para distinguir usos e abusos da memória: 1) no nível patológico-terapêutico, a “memória impedida”; 2) no nível prático, “a memória manipulada”; e 3) no nível ético-político, “a memória obrigada”. No primeiro caso, tem-se a

memória “ferida”, “traumática”, a qual demanda um empenho, um trabalho de rememoração e de luto para que possa ser ressignificada e, deste modo, superada. No segundo nível, tem-se a instrumentalização da memória para a manutenção ou reprodução das relações de poder. Já no último nível, a memória se confunde com o dever de justiça, com o sentimento de “dívida” (RICOEUR, 2007, p. 82-104).

No que toca às especificidades deste estudo, o foco principal recai sobre o segundo nível, já que ele engloba as manipulações exercidas por meio das relações de mediação e da construção narrativa. Segundo Ricoeur, a manipulação é operada tanto por excesso quanto por insuficiência de memória – e ambas as circunstâncias, de acordo com o autor, constituem abusos. Quanto à narrativa, o pensador francês assinala seu “caráter inelutavelmente seletivo” (RICOEUR, 2007, p. 455), já que é impossível a quem narra abranger todos os detalhes e pontos de vista envolvidos naquilo que se narra. Por isso, narrar é tanto incorrer em “abuso de memória”, reforçando-se certos aspectos em detrimento de outros, quanto em “abuso de esquecimento”, pois sempre serão deixados de fora determinados elementos. Sobre a utilização da memória para fins de manipulação, o autor afirma:

O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (RICOEUR, 2007, p.455).

O “abuso de memória”, portanto, tem por finalidade legitimar uma forma de poder, perpetuar relações de dominância, distorcer a realidade. Pode ser exercido por meio de intimidação (coercitivamente) ou com o emprego de sedução (ou coerção silenciosa), comum em processos simbolicamente mediados, como é o caso da veiculação midiática, por exemplo.

Essa “manipulação” ocorre, de acordo com Ricoeur (2007, p. 94-5), em razão das fragilidades da memória e, conseqüentemente, da identidade. Segundo o autor, há três razões para que as identidades sejam frágeis: sua relação complicada com o tempo (já que pode ir da flexibilidade à rigidez na sucessão temporal); o confronto com o outro (visto, em geral, como uma ameaça); e a herança da violência fundadora (expressa na guerra, cujo significado é de glória para uns e de humilhação para outros).

No caso brasileiro, esta violência original assumiu contornos particularmente cruéis e sangrentos nos conflitos de fundação e se converteu numa espécie de espectro que teima em nos assombrar, desde a colonização. Nas palavras do professor Jaime Ginzburg (2001, p.131), “nossa formação social é resultado de um processo intensamente truculento, cujas conseqüências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas”. O autor destaca como decisiva a herança da exploração colonial e da escravidão, marcada pela “sujeição à agressão, ausência de senso coletivo, absoluta falta de consideração em relação à maioria dos habitantes por parte das elites” (GINZBURG, 2001, p.131).

Estas marcas que caracterizam as relações sociais brasileiras, conforme assinala Ginzburg, estão latentes, por exemplo, na postura de jovens universitários que, mesmo contemporaneamente, defendem o retorno de regimes autoritários com o argumento de que a democracia é falha. Os que defendem esta tese sustentam que apenas um governo com “mão forte” será capaz de controlar a corrupção e manter a eficiência. De modo similar, usa-se o escudo da “liberdade de expressão” com o intuito de se legitimar declarações e atitudes racistas e até nazistas. O autor faz ainda uma constatação constrangedora: nem mesmo na instituição universitária brasileira pode-se encontrar consenso acerca da inadmissibilidade da tortura. “Conforme a linha de pensamento de George Steiner, as universidades conseguem

conviver lado a lado com campos de concentração”, compara Ginzburg (2001, p.133), acrescentando:

A conservação de valores por parte das elites, estrategicamente articulada com uma política educacional e cultural dedicada à preservação da desigualdade de condições de acesso ao conhecimento, tem permitido que, mesmo em períodos considerados democráticos, várias das grandes instituições legislativas, executivas, educacionais, responsáveis pela saúde e pelos problemas sociais se comportem de modo a manter a desigualdade e a hierarquia, cultivando ideologias autoritárias (GINZBURG, 2001, p.133-4).

O autor indica uma diferença essencial entre outros regimes autoritários e o autoritarismo latino-americano do século XX. Enquanto aqueles combatem inimigos externos, este persegue inimigos internos. “O que mais preocupa, nessa orientação ideológica, não é a violência do país vizinho, mas a violência potencial do subversivo clandestino que mora na casa do lado” (GINZBURG, 2001, p. 139). Regimes assim reforçam a ideia de que todos devem estar alertas e de que a guerra é doméstica, lançando mão de outros subterfúgios:

Para que essa estratégia funcione, a degradação da memória social é um elemento decisivo. A tensão entre linguagem e silêncio, entre o que falar e o que calar, é uma de suas marcas. O cultivo do fascínio pelo horror e a contemplação sem estranheza da violência sobre o outro também interessam (GINZBURG, 2001, p.140).

Trata-se de um indisfarçável esquema de manipulação, tal como descrito por Ricoeur, que se mantém efetivo mesmo em circunstâncias ditas “democráticas”, nas quais, porém, há interesse em se fomentar a percepção cotidiana de um sentimento de “guerra interna”. As últimas eleições presidenciais são elucidativas sob esse aspecto. Candidatos e eleitores oscilaram entre o silêncio (sobre temas relevantes) e a agressão (não raro, desmesurada), trivializando uma “guerra eleitoral”, sem pudores para disseminar o temor, nem para propalar o preconceito. Outra evidência deste conflito interno é a guerra às drogas, que transfigura a dependência química num dos maiores problemas sociais do país (apontada, muitas vezes, como a maior causa da violência urbana) e resulta na morte de milhares de jovens negros e pobres<sup>1</sup>. Desta forma, mascaram-se e perpetuam-se os reais e mais profundos problemas sociais do país, como a desigualdade social e a exclusão.

As narrativas midiáticas têm papel destacado na promoção da ideia de “guerra interna” e de “democracia falha”, ao explorar ao extremo casos de violência urbana, fatos envolvendo drogas, corrupção, ineficiência do setor público, enquanto mantém fora dos holofotes outras temáticas e enfoques. O enquadramento reiterado de certos aspectos de nossa realidade produz um excesso de memória, enquanto o esquecimento de outros assuntos acarreta uma insuficiência de memória. Ambas as circunstâncias são indesejáveis.

No que se refere ao excesso de memória e sua intrínseca proximidade com a banalização, o pensamento de Henri Bergson é esclarecedor. De acordo com o filósofo francês, a percepção é inversamente proporcional ao hábito e diretamente proporcional à lembrança. Na medida em que algo se torna habitual – como tomar banho e escovar os dentes –, deixamos de percebê-lo; por outro lado, ao “estranharmos” algo, nossa percepção é ativada, enriquecendo nosso acervo de lembranças. Segundo Bergson, “em suma, perceber consiste em condensar períodos enormes de uma existência infinitamente diluída em alguns momentos mais diferenciados de uma vida mais intensa, e em resumir assim uma vida muito longa. Perceber significa imobilizar” (BERGSON, 1999, p. 88). A exploração hiperbólica e trivializada da desigualdade social e da violência pela mídia, por exemplo, longe de nos

surpreender ou chocar e, assim, nutrir nossa memória, torna-nos indiferentes e incapazes de estranhar – pela percepção do inconcebível – as condições subumanas às quais outros seres humanos estão submetidos.

Também acerca do uso político da memória, Andreas Huyssen (2000, p.16) afirma que esta prática é utilizada tanto para legitimar políticas chauvinistas e fundamentalistas, quanto para tentar criar “esferas públicas de memória ‘real’ contra as políticas de esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais”. Para o autor alemão, porém, a linha que separa o “passado mítico” do “passado real” é tênue, podendo o real ser mitologizado assim como o mítico é capaz de provocar efeitos na realidade (HUYSEN, 2000, p. 16).

As políticas que tentam evitar o esquecimento podem ser correlacionadas com a terceira categoria proposta por Ricoeur: a da “memória obrigada”. Segundo sua proposição, a memória obrigada, muitas vezes convertida em “tirania da memória”, inclui o dever de justiça e tem a função de promover um “valor exemplar”. Entretanto, os abusos de memória não substituem o trabalho de rememoração, necessário para a superação dos traumas. Nesta impossibilidade reside o expediente da anistia, esquecimento comandado que em nenhuma hipótese se equipara ao sobrepujamento de uma vivência pregressa injusta e dolorosa. Segundo o pensador francês, este esquecimento institucional dissimula, embora não possa desatar, profundos vínculos com um passado proibido. Aproxima-se, assim, da amnésia, forjando um “pacto secreto com a degeneração da memória”, e simula um perdão, prejudicando a verdadeira superação do trauma (RICOEUR, 2007, p.460). O autor acrescenta:

Se esta [amnésia comandada] conseguisse ter êxito – e infelizmente nada se constitui em obstáculo à ultrapassagem da tênue linha de demarcação entre anistia e amnésia –, a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática (RICOEUR, 2007, p.462).

O processo de anistia levado a efeito no Brasil após duas décadas de ditadura civil-militar tratou de simular um “perdão” e promover uma “paz” que jazem sob um forte traço autoritário que ainda hoje rege parte significativa das relações sociais no país. A identificação de vestígios desta “cultura autoritária” será alvo da análise a seguir, que se ocupa de relatos veiculados em três dos mais respeitados jornais brasileiros.

### **A memória da ditadura civil-militar na imprensa**

Em 2014, *O Estado de S. Paulo* publicou artigo intitulado “A árvore boa”, de autoria do general da reserva e ex-chefe do Estado Maior de Defesa, Rômulo Bini Pereira. O texto começa com uma referência aos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, ao qual o autor se refere utilizando um eufemismo que se vulgarizou entre nós: “Revolução Democrática de 31 de Março”. O recurso a tal ardil linguístico evidencia o modo como a luta ideológica por determinados sentidos se materializa na linguagem e é personificada em escolhas semânticas.

Já no primeiro parágrafo, o general faz referência às Comissões da Verdade e afirma que “seu escopo maior é denegrir o fato histórico, cujo combustível veio do coração nacionalista do povo brasileiro no limiar do outono de 1964”. Frisa, em seguida, que, contudo, “os crimes cometidos pelas esquerdas radicais são nefanda e irresponsavelmente acobertados por essas comissões” (PEREIRA, 2014a). Sem disfarces, o autor tenta desqualificar as comissões e o trabalho por elas desenvolvido, omitindo o fato de que diversos opositores do regime discricionário foram presos, torturados e até mortos, condenados e punidos sem direito a qualquer julgamento oficial.

Em outro artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o mesmo autor-general reitera a crítica às Comissões da Verdade. Segundo ele, “nos seus trabalhos, fica patente que a história é um item secundário, prevalecendo uma deliberada e vingativa campanha contra as Forças Armadas, particularmente, o Exército, e em consequência um revanchismo crescente” (PEREIRA, 2014b). Sustenta o general que as comissões atuam como “delegacias especializadas”, com assessoria do grupo Tortura Nunca Mais. E adiciona:

As apurações conduzidas vão gradativamente elevando ao patamar de herói brasileiro o "combatente" que enfrentava os militares. É o caso de Carlos Marighella, comunista e terrorista assumido, autor do "Manual do Guerrilheiro Urbano" (cópia de manuais estrangeiros e espécie de bíblia do terrorismo brasileiro), um "herói" em evidência e que já possui biografia, nome de rua, escola e em breve um filme heroico. É o Guevara tupiniquim! (PEREIRA, 2014b).

A participação da presidente Dilma Rousseff na luta armada é lembrada no artigo do *Estadão*, no qual o general presume que, caso a chamada “revolução” não se concretizasse, o Brasil seria uma “democracia sanguinária”, semelhante à que ainda escraviza e aterroriza o povo cubano” (PEREIRA, 2014a). Utilizando-se de um tom alarmista e valendo-se da omissão de fatos historicamente relevantes, o autor tenta convencer seu leitor de que o golpe não só foi plenamente justificado, como se configurou no que de melhor poderia acontecer ao país. A referência a Cuba se deixa impregnar por uma visão francamente estereotipada, enquanto o termo “comunismo” reveste-se do caráter de “mal maior” a ser eliminado a qualquer custo.

O general destaca, ainda, falhas no sistema democrático brasileiro, referindo-se à corrupção e às “mordomias”. Considera o Legislativo a “instituição mais desacreditada” e faz referência às dificuldades enfrentadas pelo Executivo. Apenas o Judiciário é elogiado, sobretudo por seu desempenho no julgamento do mensalão. Seus argumentos são extraídos do senso comum e buscam sintonia com o imaginário brasileiro, espelhado e alentado cotidianamente pela grande imprensa. A absoluta ineficiência dos poderes é salientada no texto, sem compromisso maior com embasamentos factuais ou contextuais. Se um posicionamento acríptico sobre o deficitário funcionamento de nossas instituições é abjeto, o desmantelamento leviano de sua legitimidade servirá apenas a manipulações em prol de ambições ditatoriais.

De acordo com o artigo de Rômulo Bini Pereira, o Brasil vive um autêntico caos.

Manifestações ininterruptas conduzidas por vândalos transformaram algumas cidades, principalmente as capitais, em verdadeiras praças de guerra. Os "rolezinhos", já bastante disseminados, trazem em seu bojo indícios de luta de classes. A criminalidade já é endêmica entre nós e isso faz com que não mais sejamos vistos como um povo pacífico e cordato. Nossos índices de crimes anuais já atingem a cifra de 50 mil mortos/ano, próximos aos de países onde há guerra civil (PEREIRA, 2014a).

Um ambiente de “guerra interna”, nos moldes daquela descrita por Ginzburg, é alardeado pelo general. O “inimigo imaginário”, que já fora o “comunista” (embora, esse estereótipo ainda permaneça), agora é personificado pelos manifestantes, bem como pelos jovens negros da periferia, maioria nos chamados “rolezinhos”. Apesar de o autor citar o número elevado de homicídios no Brasil, ele omite o fato de que é a juventude negra e pobre a maior vítima dessa violência.

Como contraponto às débeis condições identificadas em outras instâncias de poder no Brasil, o articulista consagra às Forças Armadas o patamar de instituição de maior credibilidade no país, destacando os diversos “valores morais” daqueles que dela fazem parte.

[...] aqueles [militares de hoje], mais preparados cultural e profissionalmente e mais informados que estes [os de 1964], mantêm, contudo, bem viva a mesma chama que seus predecessores possuíam e lhes legaram: o amor à liberdade, aos princípios democráticos, à instituição e ao Brasil. Também não aceitarão e, se necessário, confrontarão regimes que ideólogos gramscistas queiram impor à sociedade brasileira, preconizados pelo Foro de São Paulo, órgão orientador do partido que nos governa e de alguns países da América do Sul que se dizem democratas (PEREIRA, 2014a).

O militar encerra seu artigo veiculado pelo *Estadão*, considerando apropriado “saudar a Revolução Democrática”, movimento que – conforme a metáfora que intitula o texto – será sempre, em sua opinião, uma “árvore boa”. Nos termos de Ricoeur, trata-se de um modo de restringir os significados latentes do passado, por meio da manipulação da memória, estorvando certas percepções, para exaltar justamente o que deveria ser depreciado e combatido.

No artigo da *Folha de S. Paulo*, por sua vez, o general evoca a Lei da Anistia como arauto da esperança de reconciliação dos brasileiros, “passo fundamental para a normalização democrática”. Segundo ele, “essa lei, ao colocar um ponto final no conturbado período de nossa história, evitou confrontos fratricidas de consequências imprevisíveis” (PEREIRA, 2014b). É possível cotejar tais considerações com a categoria de “esquecimento comandado”, à qual se refere Paul Ricoeur. A ideia de “um ponto final”, como se a história pudesse ser esquecida sem um trabalho de rememoração, só intensifica os sintomas do trauma e dificulta sua admissão na consciência, primeiro passo para sua superação. As nefastas consequências sociais de posturas como esta estão por toda parte e podem ser percebidas ainda hoje nos vestígios autoritários que perseveram na democracia brasileira.

No “Blog do Noblat”, do jornal *O globo*, o general Pereira encontrou espaço para rebater advertências feitas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo jornalista Franklin Martins sobre a necessidade de as Forças Armadas pedirem desculpas ao país pelos crimes do regime ditatorial. O posicionamento do general é expresso de modo claro, sem rodeios ou desconfortos:

Com o devido respeito ao ilustre ex-presidente, discordo. Com base em cinquenta anos de vivência na Instituição, creio que esse pedido de desculpas, por parte do Exército, não virá. E, se vier, aquele que o fizer será considerado leviano, e será, inexoravelmente, marcado como um traidor, à semelhança de Calabar (PEREIRA, 2014 apud NOBLAT, 2014).

Ao ceder espaço aos artigos do general, francamente laudatórios ao regime ditatorial, os principais jornais do país – *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O globo* – engrossam o coro que se esforça para relativizar e até justificar crimes e abusos praticados durante o período de exceção. No final de 2013 e início de 2014, os três jornais publicaram editoriais sobre os 50 anos do golpe militar, sendo que apenas *Folha* e *O Globo* reconheceram abertamente como erro o fato de terem apoiado o regime. Os três periódicos procuraram justificar seus posicionamentos à época, lembrando o quanto temiam a radicalização do governo João Goulart, que planejava reformas de base, e as possibilidades de subversão da ordem constitucional pelos comunistas, no contexto de Guerra Fria.

O editorial de *O globo*, intitulado “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, saiu na edição de 31 de agosto de 2013, em meio às manifestações que eclodiram no Brasil e converteram o apoio da empresa à ditadura em palavra de ordem nas ruas – “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. Apesar de reconhecer a falha, o texto procura explicar e amenizar a postura do jornal. O artigo tenta proteger a imagem do então presidente da organização, Roberto Marinho, exaltando seu gesto de “proteger” jornalistas de esquerda,

como no célebre episódio em que o empresário teria dito ao general Juracy Magalhães, na época ministro da Justiça do presidente Castello Branco: “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus”.

De acordo com o texto, a postura de apoio ao golpe parecia, à época, uma atitude correta, pois visava “ao bem do país”.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas (APOIO..., 2013).

De modo semelhante, o jornal *Folha de S. Paulo*, em seu “Editorial: 1964” cuidou de relativizar os danos causados pelo regime militar, apontando o grande crescimento econômico do país no período, entre outros “avanços”, como a redução da mortalidade infantil. Assim como fez *O globo*, o jornal deixa claro que hoje considera o apoio ao golpe um erro, mas avalia que tal atitude à época parecia ser a melhor escolha. Lê-se no editorial: “É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias” (EDITORIAL..., 2014).

O texto ainda adensa a defesa golpista, afirmando que “parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico”. Repete também a alegação de que os militantes de esquerda tinham como objetivo instalar uma “ditadura comunista” (EDITORIAL..., 2014).

O *Estado de S. Paulo*, por sua vez, além de não vislumbrar erro em suas posturas pgressas, parece firme em sua posição favorável ao regime discricionário. Sob o título “Meio século depois”, o editorial, em sua primeira linha, refere-se ao golpe como “movimento civil-militar de 31 de março de 1964”. Em nenhum momento o jornal utiliza expressões como “ditadura” ou “golpe”. Somente um parágrafo encerra alguma crítica ao regime:

O Ato Institucional n.º 2, o AI-2, de 27 de outubro de 1965, desviou o movimento de seu rumo. Mais grave do que extinguir os partidos foi, como assinalou o Estado em vários editoriais – notadamente os de 28 e 29 de outubro –, tornar permanentes medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País no caminho democrático. O AI-2 marca o afastamento do Estado do movimento. A sua componente civil foi definhando e ele se tornou essencialmente militar. Começou ali o processo que levou ao autoritarismo e ao arbítrio do AI-5, à censura, à repressão, ao cerceamento das liberdades civis e dos direitos individuais (MEIO..., 2014).

O texto atenua as responsabilidades civis na condução do regime à sua fase mais implacável, restringindo este ônus histórico à face militar da política ditatorial. No restante do artigo é traçado um contexto da época, de forma a justificar a quartelada, conferindo, mais uma vez, destaque aos avanços econômicos e ao “perigo comunista”. No fim, o editorial reafirma o seu posicionamento conservador:

A redemocratização viria ao fim de duas décadas de arbítrio, graças à persistência de milhares de brasileiros que se comportaram de forma pacífica e ordeira, repudiando tanto a violência empregada por aqueles que escolheram equivocadamente a luta armada quanto a brutalidade dos agentes do regime de exceção (MEIO..., 2014).



Ao usar a palavra “ordeira”, o editorial replica o discurso dos defensores do regime militar, que não se cansam de sublimar o intransigente cumprimento da ordem característico da ditadura. Além disso, omite o papel dos militantes de esquerda na redemocratização do país.

Os textos que compõem o *corpus* deste estudo autorizam uma reflexão acerca do papel da imprensa brasileira na constituição e reprodução de uma memória sobre o período em que vigorou a ditadura civil-militar no país, apresentando indícios da postura adotada pelos jornais analisados.

Os “abusos de memória”, aos quais se refere Ricoeur, aparecem não apenas nas composições textuais propriamente ditas, mas estão presentes também no contexto que autoriza e legitima as defesas do autoritarismo e da exceção ali apresentadas. As atrocidades do regime ditatorial ficam amenizadas, relativizadas ou mesmo apagadas nestes relatos, assim como nas memórias individuais e coletivas. O fato de dois dos maiores jornais do país cederem seus prestigiados espaços à publicação de artigos de um general que considera o golpe uma “árvore boa” e de não haver nenhuma reação significativa por parte dos leitores em relação a isso expressa a ausência de constrangimento em se defender governos, posturas e atitudes autoritárias no Brasil.

Durante o período eleitoral de 2014, por exemplo, a *TV Folha* fez um vídeo intitulado “Em dia de debate, sutileza zero nas ruas de SP”, no qual foram mostradas as atitudes hostis de eleitores dos dois candidatos à Presidência da República no segundo turno: Aécio Neves e Dilma Rousseff. Uma das pessoas entrevistadas fez a seguinte afirmação: “Eu vou salvar o meu Brasil, sim; custe o que custar; pela intervenção militar ou pelo Aécio” (EM DIA..., 2015). A mesma personagem sustentou que não houve ditadura militar no país e completou: “os militares ficavam, sim, em cima de comunistas; eles limparam a nossa pátria” (EM DIA..., 2015). Outro entrevistado também assegurou que o período militar não foi tão violento quanto as pessoas costumam dizer e arrematou: “para mim, foi um período em que havia respeito” (EM DIA..., 2015).

Afirmações como estas refletem o pensamento de uma parcela da população que enaltece o governo ditatorial, a ele atribuindo certa ordem e obediência supostamente asseguradas à época de sua vigência. Até mesmo uma postura fascista pode ser divisada no discurso de uma das entrevistadas que, sem inibição, aplaude a “limpeza” dos comunistas (EM DIA..., 2015).

### **Estereótipo, manipulação e autoritarismo**

A influência midiática na formação de uma memória coletiva sobre o regime ditatorial não foi exercida apenas durante a vigência do período autoritário. Permanece contribuindo para a (re)produção de um imaginário no qual a ditadura assume feição branda e repousa respaldada em robustas justificativas. A partir do argumento, até hoje recorrente, do “perigo comunista”, ameniza-se o impacto real do golpe e se reforça uma imagem estereotipada e preconceituosa do comunismo ou socialismo. Sem discussões, de fato, embasadas e críticas, as referências ao comunismo como um risco iminente, que ao menor descuido mergulharia o país no caos, criaram e continuam alimentando a crença de que se tratava de um mal maior que – ainda bem – foi a tempo exterminado.

A repetição de noções típicas do senso comum, muitas vezes sem fundamentos mais consistentes, tende a reforçar a cultura autoritária de profundas raízes no Brasil. O “consenso” intangível em torno da anistia e a defesa intransigente de um “ponto final” para este momento de nossa história, além da visão segundo a qual as Comissões da Verdade pretendem certo “revanchismo”, contribuem para a manutenção de um silêncio forçado, um perdão dissimulado, um “esquecimento comandado”.

Por não terem sido investigados – muito menos punidos – durante anos, os crimes da ditadura civil-militar brasileira continuam desconhecidos e menosprezados por grande parte da população do país. Embora, pela análise realizada, não seja possível identificar a influência direta da mídia na formação do imaginário social sobre o período – não sendo este o objetivo deste artigo –, é admissível cogitar que haja relação entre os esquecimentos promovidos por uma “memória manipulada” e a postura de parte da população brasileira que ainda defende uma “intervenção militar” ou nega a existência da ditadura no país.

Para além de suas repercussões mais óbvias, o regime militar e a manipulação de sua memória resultaram na permanência de práticas violentas em muitas de nossas instituições, bem como de atitudes autoritárias em nosso mais genuíno convívio social, mesmo em plena vigência da democracia. Não é demais ressaltar que a ideia de “manipulação” empregada neste artigo, a partir do conceito de Paul Ricoeur, não pressupõe uma ação direta, unilateral e arditamente arquitetada pelos meios de comunicação contra seu público, como se este fosse absolutamente passivo. Trata-se, sim, de uma influência sutil, de longo prazo, uma “sedução” que, mesmo enfrentando aqui e ali alguma resistência individual, contribui para a formação de um imaginário, de uma memória coletivamente partilhada. Resta ainda considerar que, simultaneamente à influência exercida, a mídia incorpora e legitima ideias e atitudes socialmente arraigadas.

Ao mesmo tempo em que os produtos midiáticos em geral inspiram e refletem visões de mundo dominadoras e violentas acerca da realidade brasileira, eles próprios se constituem como fruto de uma cultura e uma história baseadas em exploração e injustiça. Mais do que atentar para o comportamento da mídia em defesa de princípios inerentes a práticas ditatoriais, é importante refletir sobre a repercussão dessa memória impositiva no tratamento midiático dispensado a negros, mulheres, nordestinos, homossexuais, trabalhadores e outros grupos minoritários no Brasil. Por esta via, estaremos aptos a discutir em que medida o jornalismo e o entretenimento veiculados pelos oligopólios brasileiros de mídia reforçam estereótipos e contribuem para a reprodução de uma cultura e uma memória de cariz autoritário.

## **Authoritarian memory: a study on the representation of the Brazilian dictatorship in the press**

### **ABSTRACT:**

Based on a research into articles and editorials about the 50th anniversary of the civil-military coup in Brazil, published in three of the main newspapers of the country – *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* and *O globo* –, we verified the permanence in the media of a softened and even distorted view about the period as well as a production of a “manipulated memory” of the dictatorship. We considered as a theoretical basis to this study the concepts of memory and forgetfulness from the works of Paul Ricoeur, Henri Bergson, Andreas Huyssen and Jaime Ginzburg.

**Keywords:** Memory. Forgetfulness. Dictatorship. Press. Conservatism.

### **Notas Explicativas**

\*Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM - UFJF). Graduada em Comunicação Social pela mesma instituição. Atualmente, cursa também a graduação de Ciências Sociais da UFJF. Autora de dois capítulos – “Diálogos no Repórter Brasil” e “Jornal da Cultura, herdeiro do Hora da Notícia?” – do livro *A informação na TV Pública*.

\*\*Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora Adjunta do Departamento de Teorias, Fundamentos e Contextos da Facom e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. Co-autora de *Questões de gênero: releituras literárias* (Bartlebee, 2013) e *Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora* (MAMM, 2015).

<sup>1</sup> Segundo dados da Anistia Internacional, em 2012 foram assassinadas 56 mil pessoas no Brasil, sendo 30 mil jovens entre 15 e 29 anos; do total, 77% eram negros.

## Referências

- APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O globo*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BERGSON, Henri. A memória ou os graus coexistentes da duração. In: \_\_\_\_\_. *Memória e vida*: textos escolhidos por Gilles Deleuze. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.47-93.
- EDITORIAL: 1964. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- EM DIA de debate, sutileza zero nas ruas de SP. *TV Folha*, São Paulo, 17 out. 2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=zb9\\_4yRJsVY&list=UUmYuiV9wAR3i8p19Ygc7izg&index=34](https://www.youtube.com/watch?v=zb9_4yRJsVY&list=UUmYuiV9wAR3i8p19Ygc7izg&index=34)>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: *Diálogos latinoamericanos*, Aarhus, n° 3, p.131-146, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200306>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In: \_\_\_\_\_. *Seduzidos pela memória*: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.
- JOVEM negro vivo. *Anistia Internacional*. Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- MEIO século depois. *Estadão*, São Paulo, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- NOBLAT, Ricardo. Exército não pedirá desculpas, diz general da reserva. *Blog do Noblat*, 11 abr. 2014. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2014/04/exercito-nao-pedira-desculpas-diz-general-da-reserva-530760.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- PEREIRA, Rômulo Bibi. A árvore boa. *Estadão*, São Paulo, 19 fev. 2014a. Disponível em: <<http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,a-arvore-boa,1131960>>. Acesso em: 15 de jan. 2015.
- \_\_\_\_\_. Nova história. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2014b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1429769-romulo-bini-pereira-nova-historia.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- QUEIROZ, Antônio Augusto de. As razões da eleição de um Congresso Conservador. *DLAP*, 07 out. 2014. Disponível em: <[http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24542:as-razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador&catid=46:artigos&Itemid=207/](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24542:as-razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador&catid=46:artigos&Itemid=207/)>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- RICOEUR, Paul. A condição histórica. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 451-462.
- \_\_\_\_\_. Da memória e da reminiscência. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007, p.82-104.

Enviado em: 28 de setembro de 2015

Aprovado em: 2 de maio de 2016